

Política

—CONSTITUINTE—

Os sarneyistas mais entusiasmados ainda tentaram ontem conseguir o apoio do Centrão para a inversão de pauta e votação já do mandato. Mas desistiram diante de ameaças de deserção.

Cada capítulo no seu lugar

Tática pela vitória: jogando "escravos de Jó".

O Centrão garante que vai ter hoje em plenário 293 constituintes para iniciar os trabalhos de votação e aprovar o Preâmbulo e o Título I do projeto de Constituição que trata dos Direitos Fundamentais, a serem votados esta semana. Certos da vitória, conforme garantiu o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos líderes do grupo, os integrantes do Centrão passaram o dia de ontem montando a estratégia para obter maioria nas votações. Foram criadas diversas comissões que serão responsáveis pela orientação dos trabalhos, evitando assim a superposição de tarefas.

Hoje pela manhã, o Centrão volta a se reunir a partir das 10 horas, na Comissão de Finanças do Senado, para que os organizadores de plenário possam saber exatamente como dirigir os trabalhos de votação entre os integrantes do grupo. Serão elaboradas, por exemplo, planilhas diárias para orientação do voto. Os destaques apresentados para o Preâmbulo e Título I serão detalhadamente analisados pelos integrantes do grupo antes do início dos trabalhos de votação para que se possa indicar exatamente quais as emendas que devem contar com o apoio do grupo e quais as que devem ser rejeitadas, com as devidas explicações. "Vamos estar com infra-estrutura montada para poder enfrentar todos os problemas que possam vir a surgir", disse o deputado Ricardo Fiúza, informando que atuarão seis duplas de liderança responsáveis pelas votações do dia e autorizadas a responder a eventuais acusações.

Há ainda outras comissões — temática, mobilização, infra-estrutura, regimento (esta última deve conhecer a fundo o assunto para alertar o grupo quanto a manobras). Os negociadores serão apenas os líderes institucionais.

A movimentação dos membros do Centrão será semelhante a da brincadeira infantil "Escravos de Jó". O esquema será, segundo Ricardo Fiúza: a comissão temática se reunirá com a do regimento, seus integrantes vão procurar os plantonistas de plenário para lhes passar as instruções do dia e repassá-las aos 30 coordenadores de plenário. Estes transmitirão as informações aos dez colegas a eles ligados. O Centrão se dividiu em grupos por afinidades, conta Fiúza, e cada um terá a responsabilidade de manter informado dez outros companheiros, que, como os demais em outras posições, também devem devolver informações ao grupo, fechando assim toda a articulação.

"Procurados"

O deputado Erwin Bonkoski, um dos 14 deputados paranaenses "traidores do povo", segundo cartazes divulgados no Paraná por sindicalistas, disse que a acusação não passa de "inveja de esquerdistas" por suas "posições avançadas em favor da família e dos humildes". Ele disse que só assinou o documento do Centrão para garantir a mudança do regimento, e que agora se sente livre para votar conforme o "mérito das questões". E, nessa liberdade, disse o deputado, entra a questão do mandato de Sarney. "Eu assinei a emenda pelos cinco anos, mas é o resultado da política econômica que vai pesar na hora da votação."



Centrão: certo da vitória.



Lourenço, Cabral e Ulysses: decidindo o ritmo.

E COMEÇA A VOTAÇÃO

Em pauta, hoje: as duas primeiras emendas do Centrão.

A votação do texto constitucional será iniciada hoje pelo Preâmbulo e Título I proposto pelo Centrão, conforme ficou decidido ontem em reunião entre o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e 31 parlamentares, entre líderes dos partidos e componentes da Mesa. Concluiu-se, também, que inicialmente não haverá votações nos finais de semana, mas que entre segunda e sexta-feira ocorrerá prorrogação das sessões até que a matéria do dia seja votada. Satisfeito com o resultado do encontro, Ulysses afirmou que "a partir de reuniões proveitosas como essa será possível votar o texto em dois meses".

As sessões em plenário se iniciam às 14 horas, com o "pinga-fogo" — debates entre os constituintes — e a votação começa às 15 horas, havendo prorrogação pelo tempo necessário. Mesmo ainda favorável a sessões nos finais de semana, o presidente da Constituinte cedeu às argumentações dos líderes para que a medida somente seja tomada em caso de os trabalhos se tornarem lentos. afirmou, entretanto, que prorrogará o tempo até mesmo "por noite a dentro nos dias de semana". Segundo José Lourenço, líder do PFL e integrante do Centrão, o texto poderá ser votado pela manhã, quando conveniente, mas ficou decidido na reunião que o período se destinará principalmente para reuniões como a ocorrida ontem, de forma a discutir matérias que irão a votação à tarde.

Conforme explicou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), a ordem de votação se inicia pelas emendas coletivas que possuem mais de 280 assinaturas, quase todas do Centrão. Se estas não obtiverem 280 votos em plenário, será votado o respectivo texto da Comissão de Sistematização. Depois, em qualquer dos dois casos, votam-se os destaques com mais de 187 assinaturas, que tem preferência automática e visam retirar determinados dispositivos do projeto ou do substitutivo para votação em separado. Para voltarem ao projeto, esses dispositivos precisam obter no mínimo 280 votos. Em seguida, ocorrem as votações dos destaques simples, de iniciativa individual. Fi-



Covas e Freire: tática para barrar o Centrão.

nalmente, vota-se em Bloco as emendas ainda não analisadas e que tenham parecer favorável do relator Bernardo Cabral e, também em bloco, as que mereceram parecer contrário.

O líder do PFL, José Lourenço, revelou que se houver tempo poderá ser votado ainda hoje o Capítulo 2, que trata dos Direitos Individuais, mas, nesse caso, a sessão teria de ser interrompida por duas horas para apresentação de pedidos de preferências para destaques.

A liderança do PMDB apresentou, no total, 285 pedidos de destaque para rejeitar emendas do Centrão e reintroduzir proposta não acolhidas pelo relator Bernardo Cabral. A informação foi prestada pelo líder Mário Covas, explicando não ter havido necessidade de pedir destaque para todas as propostas do Centrão porque várias delas mantiveram o texto original do anteprojeto de Carta aprovado pela Comissão de Sistematização, enquanto outras não introduziram mudanças significativas.

O senador Mário Covas disse que a liderança realizou sozinho o trabalho de preparação dos destaques, sem auxílio dos partidos de esquerda. No entanto, o deputado Roberto Freire, líder do PCB, garantiu que nenhuma das emendas apresentadas pelo Centrão ficou sem o destaque correspondente, pois a estratégia dos setores ditos

progressistas é obrigar a discussão e a votação de cada um dos dispositivos do grupo.

As lideranças dos partidos de esquerda passaram o último final de semana reunidas, discutindo a elaboração dos destaques, cujo prazo para encaminhamento terminou segunda-feira. A estratégia dessas agremiações é explorar as contradições ideológicas do Centrão, através da votação isolada de cada artigo, evitando a apreciação em bloco.

Como integrantes do grupo defendem posições variadas e até antagônicas sobre determinadas questões, os partidos de esquerda pretendem colocá-las em confronto, de modo a que se dividam nas votações, possibilitando a aprovação das emendas dos setores que se dizem progressistas.

Ao todo, a Constituinte recebeu, para decisão, 2.278 pedidos de votação em destaque para as 2.023 emendas de plenário e para as 122 emendas populares, as únicas da antiga fase que poderão ser deliberadas a partir de agora, na votação de primeiro turno.

Dessas 2.278, 135 são destaques coletivos, com mais de 187 assinaturas, que terão prioridade para votação logo em seguida às votações das emendas coletivas ou substitutivas inscritas por mais de 280 constituintes. Para confirmar essa preferência, no entanto, esses destaques têm que ser antecipados por pedidos de preferência para votação em separado, cujos requerimentos necessitam do mínimo de 58 assinaturas de apoio.

Ontem, primeiro dia para apresentação dos requerimentos de preferência, os constituintes puderam apresentar pedidos apenas para o Preâmbulo e o Título I (o prazo foi encerrado ontem às 18 horas) e para o Título II, ao qual podem ser apresentados requerimentos até às 18 horas de hoje.

Como não fora concluído o trabalho de ordenamento desses requerimentos de preferência para votação de destaques, às 19 horas a coordenação do setor calculou que tinham sido apresentados para o Preâmbulo e o Título I (princípios fundamentais) cerca de cem pedidos pelos constituintes.

Os articulados da tentativa de antecipação da votação do mandato presidencial e sistema de governo não conseguiram o apoio necessário para levar a medida adiante. O Centrão rejeitou definitivamente a idéia ontem, após reunião dos líderes, quando alguns de seus integrantes, Afif Domingos e Ricardo Fiúza, ameaçaram abandonar o grupo caso se insistia nesta questão. Os constituintes Edison Lobão, Carlos Sant'Anna e Leopoldo Peres, entretanto, insistem na idéia e estão promovendo a coleta de assinaturas para tentar a inversão da pauta.

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) advertiu que se o Centrão entrar nessa questão de antecipação de pauta "vai mergulhar num precipício porque o grupo certamente irá dividir-se e isso será catastrófico". Da mesma forma, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) lembrou que há um acordo de cavalheiros que precisa ser cumprido e, portanto, esses dois pontos não podem ser colocados em discussão pelo grupo. Afif Domingos (PL-SP) acentuou que quando o Centrão foi criado ficou acertado que o grupo não seria usado para tratar desses dois assuntos: "Se alguém quiser articular em torno da antecipação de mandato e sistema de governo, que faça em nome próprio e nunca em nome do Centrão, porque isso não vai ser admitido". Indagado se o responsável por esta articulação seria o deputado Carlos Sant'Anna e se durante a reunião de ontem ele fora avisado disso, Afif Domingos disse que sim, acrescentando que "eu respeito a posição dele, mas quero que a minha também seja respeitada".

Enquanto o Centrão se reunia, o senador Leopoldo Peres (PMDB-AM) anunciou que estava coletando assinaturas para garantir a inversão de pauta. Para ele, "é preciso que as águas da Constituinte ultrapassem rapidamente os estreitos do sistema de governo e do tempo de mandato para que depois, então, possa fluir livremente em direção à promulgação que todos nós brasileiros desejamos que se faça com a maior brevidade". Leopoldo Peres revelou que "tem obtido apoio de quintanistas e quartanistas porque todos os políticos responsáveis sentem que é hora de vencer uma corrida contra o tempo, para evitar que todo esse demorado processo constituinte desembarque numa eclosão social e termine num regime de força". O senador amazonense garantiu que conseguirá entre 40 e 42 assinaturas do Senado para a antecipação. Disse ainda que não está responsável pela coleta de assinaturas da Câmara que, segundo ele, estaria sob a responsabilidade do deputado Alberico Cordeiro, entre outros. Cordeiro disse, entretanto, desconhecer essa movimentação.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), que desde o princípio vem-se empenhando pessoalmente na tentativa de inversão da pauta, confirmou a lista de assinaturas, anunciando que mais de 200 constituintes já haviam aderido à idéia. Essa lista, entretanto, não foi localizada. Ele declarou ainda que "na hora que tivermos as 280 assinaturas vamos entregá-las ao presidente Ulysses Guimarães e ele vai ter que inverter a pauta, pois a vontade da maioria terá que prevalecer".

Uma boa parte dos constituintes acaba se embaralhando com os vários termos técnicos e vai preferir, em cada votação em plenário, seguir as ordens do seu líder de confiança. Mas estes termos do processo de votação vão ficar em evidência até o final dos trabalhos da Constituinte. Veja aqui o código e seu significado.

Projeto de Constituição. É o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. A rigor, é a matéria que estará em votação.

Emenda coletiva substitutiva. É a emenda inscrita por mais de 280 constituintes e se destina a substituir partes do projeto, até títulos inteiros (o projeto é dividido em oito títulos, cada um tratando de um assunto específico. É mais uma parte referente às disposições transitórias). Tem preferência automática para votação, ou seja, é votada antes do texto respectivo do projeto.

Emenda coletiva. Tem os mesmos requisitos da anterior, goza dos mesmos privilégios, mas se destina a alterar apenas algum dispositivo específico. Exemplo: a que fixa em cinco anos o mandato do presidente Sarney.

Emenda supressiva. É a emenda que se destina a eliminar do projeto ou de algum substitutivo algum artigo, parágrafo, inciso ou expressões.

Emenda modificada. Destina-se a alterar, parcial ou integralmente, algum ponto do projeto ou do substitutivo.

Emenda aditiva. Seu objetivo é o de acrescentar alguma coisa a um dispositivo já aprovado.

Destaque. É o pedido que se faz para que parte do projeto, de substitutivo, de emenda ou, simplesmente para que uma só

palavra seja retirada do conjunto e votada à parte. O pedido tem de ser submetido a votos em plenário, dando-se a aprovação por maioria simples (metade mais um dos presentes, desde que haja quórum (280) para deliberação). Os destaques podem ser para aprovação ou supressão. Nesse caso, a matéria só será incluída ou excluída do tex-

to se o destaque for aprovado por maioria absoluta.

Destaque privilegiado. Esse é o destaque inscrito por, no mínimo, 187 constituintes, e tem por objetivo retirar parte do projeto ou do substitutivo para votação em separado. Esse pedido também tem de ser submetido a votos em plenário e, se aprovado, a matéria destacada só voltará a integrar o texto se obtiver um mínimo de 280 votos a favor.

Preferência. É o pedido que se faz para que determinados destaques sejam votados antes de outros que tratam de assunto seme-

lhante. O pedido tem de ser inscrito por no mínimo 58 constituintes e apresentado até às 18 horas da véspera do início da votação do título a que se referir. É submetido a votos. O plenário é que decide se concede ou não a preferência.

Quórum. É o número mínimo de presenças exigidas para o funcionamento das sessões ou para as votações. No primeiro caso, o mínimo é de 56 constituintes (10% do total), no segundo, 280.

Majoria absoluta. Metade mais um dos constituintes, ou seja, 280 (o total é de 559). É o quórum exigido para aprovação de qualquer matéria constitucional.

Majoria simples. Metade mais um dos presentes. Mas é preciso, nas votações, que estejam presentes pelo menos 280 constituintes.

Questão de Ordem. É intervenção de qualquer constituinte, no curso da sessão, para pedir algum esclarecimento sobre questões regimentais ou sobre a matéria em votação.

Uma chance para as emendas populares

O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) continua recolhendo assinaturas para que as emendas populares ganhem preferência automática de votação no plenário. A Constituinte recebeu 122 emendas populares, inscritas por mais de dois milhões e duzentas mil pessoas, mas todas foram pouco aproveitadas, na época da apresentação, pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Se Pompeu de Souza conseguir as 94 assinaturas necessárias, as emendas populares poderão ser também pinçadas para deliberação do plenário, desde que tenham destaque nesse sentido. Cabral acolheu no seu projeto as emendas populares determinando aposentadoria para a dona de casa, criação do Estado de Tocantins, manutenção das entidades de treinamento e recreação de trabalhadores

(Sesi, Senai, Sesc e Senac), e indenização por extração de petróleo para os municípios. Mas ainda restam emendas sobre os mais diversos assuntos: direitos dos trabalhadores, da família, da criança (a que obteve maior número de assinaturas: um milhão e duzentas mil), educação, ensino religioso, prática de mediunidade, direitos humanos, serviço público, ordem econômica e saúde.

Uma cartilha para constituintes